

DIMENSÕES DO CATOLICISMO
NO IMPÉRIO PORTUGUÊS
(SÉCULOS XVI-XIX)



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (*in memoriam*)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Anderson José Machado de Oliveira
William de Souza Martins (orgs.)

DIMENSÕES DO CATOLICISMO
NO IMPÉRIO PORTUGUÊS
(SÉCULOS XVI-XIX)

Garamond

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido
Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115 - Tel: (21) 2504-9211
editora@garamond.com.br

Revisão

Alberto Almeida

Editoração Eletrônica

Editora Garamond

Capa

Estúdio Garamond

Sobre gravura em metal de Benedictus Fariat (1651-1700)
a partir de desenho de Andreas Antonius (H) Orazii, publica-
da em *Istoria delle guerre del Regno del Brasile* (Roma, 1698)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D712

Dimensões do catolicismo no império português (séculos XVI-XIX)
/ organização Anderson José Machado de Oliveira, William de
Souza Martins. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

416 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576173922

1. Igreja católica - Brasil. I. Oliveira, Anderson José Machado de. II.
Martins, William de Souza.

14-18082

CDD: 261.7

CDU: 272

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

Apresentação 7

Parte I - Dimensões da Ação e Vida Clerical

Os missionários jesuítas e o idioma japonês (1549 – 1620)
Mariana Amabile Boscariol 15

Relações de vida e “exemplaridade”
de mulheres na Ásia portuguesa
(frei Agostinho de Santa Maria – 1699)
Margareth de Almeida Gonçalves 45

Conflitos internos: tensões entre jesuítas e capuchos
da Piedade no rio Xingu (séculos XVII-XVIII)
Frederik Luiz de Andrade de Matos 79

“Nem clérigo, nem frade, nem sogeição a ninguém”:
trânsito e transitados em Pernambuco na primeira
metade dos setecentos
Bruno Kawai Souto Maior de Melo 109

O “Missionário do Brasil”, a devoção a
Nossa Senhora da Lapa e o seminário em
São Salvador dos Campos dos Goytacazes – recortes
Gustavo Pereira 139

As sacrílegas famílias de Pernambuco:
as famílias de padres nas freguesias do açúcar
de Pernambuco (1768 – 1804)
Gustavo Augusto Mendonça dos Santos 175

Dispensa da cor e clero nativo:
poder eclesiástico e sociedade católica na
América Portuguesa
Anderson José Machado de Oliveira 199

Parte II - Dimensões das Práticas e Representações

Da nobreza no mundo à santidade no claustro: madre Vitória da Encarnação (1661-1715) <i>William de Souza Martins</i>	233
A legislação sobre escravos no episcopado de D. Frei Antônio do Desterro, Rio de Janeiro (1747-1773) <i>Ana Margarida Santos Pereira</i>	267
Entre regalismo e secularização: significados das reformas pombalinas sobre a prática católica de testar no mundo luso-brasileiro <i>Cláudia Rodrigues</i>	297
As capelas de Santo Antônio de Jacutinga no século XVIII <i>Live França</i>	333
As irmandades de ofícios e os ritos político-religiosos (Rio de Janeiro, século XVIII) <i>Beatriz Catão Cruz Santos</i>	365
Presença e significado das ordens terceiras na Capitania de Minas Gerais: o debate dos anos 1793-1795 <i>Daniel Precioso</i>	389

Apresentação

O livro que ora apresentamos reúne alguns trabalhos modificados e ampliados, afinados com as discussões realizadas em diferentes fóruns acadêmicos por participantes do Ecclesia, grupo de pesquisa do CNPq.

A proposta do livro, seguindo os objetivos do grupo, é fazer uma reflexão sobre as imbricações entre catolicismo, formação e estruturação do império colonial português. Charles Boxer, em duas ocasiões, no clássico *O império colonial português*, apresenta-nos dimensões fundamentais no que tange ao papel do catolicismo na costura do vasto Império de Portugal. A primeira, com base no cronista Diogo do Couto, expõe a preocupação da Coroa em manter unidos os poderes espiritual e temporal no processo da conquista. A segunda insiste no papel do Senado da Câmara e das Irmandades Religiosas enquanto instituições que contribuíram para manter unidas as diferentes partes do Império. Portanto, as ações de religiosos e fiéis leigos conjugadas às mais diversas instâncias de poderes, fossem eles o central ou os locais, dimensionaram uma gama variada de vivências e representações dos códigos de base católicos em meio a um universo cultural plural que esteve sob a égide portuguesa ao longo da Época Moderna.

O avanço da historiografia neste campo tem permitido o acesso a um conjunto variado de trabalhos que procuraram pensar essas dimensões do catolicismo integrando cada vez mais as reflexões em torno das construções historicamente diversificadas das instituições, das vivências e das representações católicas. Isto significa dizer que tais dimensões não são vistas como isoladas mas necessariamente em constantes conflitos e diálogos.

Com efeito, os textos reunidos neste livro pretendem discutir as contribuições associadas a esta historiografia, enfocando também as relações das instituições, vivências e representações de fiéis católicos

com o funcionamento dos padrões do Antigo Regime no contexto do Império Português. Procuram, além disso, discutir estratégias variadas de atuação das instituições eclesásticas diante dos leigos, no sentido da veiculação de doutrinas, controle sobre a ortodoxia, difusão de modelos de perfeição religiosa, promoção de grupos de devoção, entre outros aspectos. Parte-se do princípio de que, no contexto em foco, o clero e os fiéis não constituíam blocos homogêneos, mas agentes diversificados e hierarquizados segundo as contingências próprias do Antigo Regime nas diferentes sociedades englobadas pelo Império. No contexto em pauta, o catolicismo é concebido como um campo de interação e de negociação entre o clero, os fiéis, os poderes locais e os agentes régios representantes do padroado.

A primeira parte da obra, que contempla as dimensões da ação e da vida clerical, está dividida em sete artigos temáticos, abarcando tanto o império português no oriente quanto a América Portuguesa. O estudo de Mariana Amabile Boscariol, intitulado “Os missionários jesuítas e o idioma japonês (1549-1620)”, ocupa-se em examinar a produção de gramáticas por parte dos missionários da Companhia de Jesus que atuavam no extremo oriente. Em um contexto marcado pela expansão dos impérios coloniais, os jesuítas e outras ordens missionárias traçaram estratégias para superar a diversidade de línguas e de dialetos das regiões onde atuavam por meio da adoção de uma língua comum para o trabalho de catequese, assim como pela utilização de intermediários nativos. Debruçando-se também sobre o império oriental, o artigo “Relações de vida e ‘exemplaridade’ de mulheres na Ásia portuguesa (frei Agostinho de Santa Maria - 1699)” de Margareth de Almeida Gonçalves, analisa as narrativas de santidade feminina elaboradas pelo frade agostiniano na *Historia da Fundação do Real Convento de Santa Monica da Cidade de Goa*. Publicada em 1699, a parte IV da obra trata de cerca de 45 religiosas profesas e de outras mulheres enclausuradas na fundação goesa, cujas narrativas de vida mesclavam os padrões dos modelos hagiográficos com o registro de experiências religiosas individualizadas.

Passando ao âmbito da América Portuguesa, o estudo “Conflitos internos: tensões entre jesuítas e capuchos da Piedade no rio Xingu

(séculos xvii-xviii)”, de Frederik Luiz Andrade de Matos, analisa as disputas ocorridas entre duas ordens regulares estabelecidas com missões na Amazônia, nas décadas que se seguiram ao Regimento das Missões. Entre outras questões, o autor esclarece as alianças estabelecidas entre as autoridades seculares coloniais e os frades franciscanos, que se opunham às isenções e às vantagens usufruídas pela Companhia de Jesus na região norte. No artigo “‘Nem clerigo, nem frade, nem sujeição a ninguém’: trânsito e transitados em Pernambuco na primeira metade dos setecentos”, Bruno Kawai Souto Maior de Melo analisa o tema dos breves de trânsito, que permitiam a religiosos de uma determinada ordem regular passarem a outra, de observância menos rígida, mantendo os privilégios facultados ao clero regular. Tratando em particular da trajetória de D. Domingos do Loreto Couto, ex-franciscano que transitou para a Ordem de São Bento de França, o autor sublinha a ação das autoridades seculares em meados do século xviii para conter aquela prática, sob a justificativa de liberdades e irregularidades incompatíveis com o estado eclesiástico cometidas pelos religiosos.

Diferentes aspectos da atuação do clero secular na América Portuguesa receberam atenção nos demais artigos que compõem a primeira parte da obra. Em “O ‘Missionário do Brasil’, a devoção a Nossa Senhora da Lapa e o seminário em São Salvador dos Campos dos Goytacazes – recortes” Gustavo Pereira analisa a trajetória missionária do padre Ângelo de Siqueira, com ênfase na fundação do seminário de Nossa Senhora da Lapa ao norte da capitania do Rio de Janeiro. No artigo “As sacrílegas famílias de Pernambuco: as famílias de padres nas freguesias do açúcar de Pernambuco (1768 – 1804)” Gustavo Augusto Mendonça dos Santos analisa uma documentação constituída por cartas de perfilhação e de legitimação. Por meio do referido instrumento jurídico, os sacerdotes seculares garantiam a legitimidade da herança dos filhos “espúrios”, isto é, daqueles nascidos depois da entrada do pai na carreira eclesiástica. A partir de vários indícios, o autor revela a estabilidade dos vínculos familiares dos sacerdotes, e o caráter público que assumiam nas respectivas freguesias, levando a pensar em práticas de tolerância exibidas pelos fiéis. Por fim, no texto “Dispensa da Cor

e Clero Nativo: poder eclesiástico e sociedade católica na América Portuguesa”, Anderson José Machado de Oliveira analisa os processos abertos na justiça eclesiástica por habilitandos ao sacerdócio, com a finalidade de os dispensarem do chamado “defeito da cor”. Cláusula que impedia o ingresso na carreira sacerdotal, a ascendência negra ou mestiça podia ser mitigada pela Igreja que, assim, acabava fortalecendo o seu próprio poder institucional, por meio da concessão de graças e privilégios particulares.

A segunda parte, que reflete sobre as dimensões das práticas e representações é composta por seis capítulos. O capítulo escrito por William de Souza Martins, “Da nobreza no mundo à santidade no claustro: madre Vitória da Encarnação (1661-1715)”, parte do material hagiográfico produzido sobre madre Vitória da Encarnação para analisar a elaboração de modelos de santidade na América Portuguesa, destacando um conjunto de representações do catolicismo que expressavam os anseios de expansão do ideal tridentino nos trópicos. O texto de Ana Margarida Santos Pereira, “A legislação sobre escravos no episcopado de D. Frei Antônio do Desterro, Rio de Janeiro (1747-1773)”, enfoca a aplicação da legislação eclesiástica voltada para os escravos e a documentação pastoral visando atingir este segmento escrita por D. Frei Antônio do Desterro quando à frente da diocese do Rio de Janeiro no setecentos. A autora procura analisar o impacto da ação episcopal sobre os cativos, refletindo sobre os processos de inserção de africanos e seus descendentes na sociedade colonial brasileira através das práticas católicas. O trabalho de Claudia Rodrigues, “Regalismo ou secularização? Significados das reformas pombalinas sobre a prática de testar no mundo luso- brasileiro”, levando em consideração a grande importância que o ato de testar desempenhou no mundo católico tanto enquanto um instrumento de salvação da alma quanto como um meio de transmissão de bens, nos apresenta uma reflexão sobre a legislação testamentária implementada durante a governação pombalina, destacando os meandros da política regalista e católica do Estado português.

O capítulo escrito por Live França, “As capelas de Santo Antônio de Jacutinga no século XVIII”, debruça-se sobre a associação entre expansão

católica e expansão territorial no antigo Recôncavo da Guanabara, realçando um importante aspecto das vivências e práticas do catolicismo no entorno das capelas como *loci* privilegiados de expressão da religiosidade colonial. As vivências também são objeto do trabalho de Beatriz Catão Cruz Santos, “As irmandades de ofícios e os ritos político-religiosos (Rio de Janeiro, século XVIII)”, que analisa como os ritos relacionados à eucaristia, ao culto dos santos patronos, às eleições das mesas administrativas e à morte assumem uma dimensão político-religiosa nas irmandades de ofícios no Rio de Janeiro colonial. O capítulo que finaliza a segunda parte e o livro, “Presença e significado das ordens terceiras na Capitania de Minas Gerais: o debate dos anos 1793-1795”, de autoria de Daniel Precioso analisa os discursos das autoridades seculares e eclesiásticas acerca das Ordens Terceiras em Minas Gerais, destacando os conflitos em torno desta manifestação da vivência leiga do catolicismo na segunda metade do setecentos.

Parte I

DIMENSÕES DA AÇÃO E VIDA CLERICAL

Os missionários jesuítas e o idioma japonês (1549 – 1620)

Mariana Amabile Boscarioni¹

Ao mesmo tempo em que no século XVI era vivido em território europeu o advento de um fluxo de renovação, principalmente no que tange à esfera religiosa, surgia um movimento de resgate cultural, nomeadamente representado pelo renascimento e a contrarreforma.² Nesse contexto, sendo elemento de irredutível importância ao tratarmos da construção e da afirmação de identidades que então se tentavam consolidar,³ os estudos de língua, ou, se assim preferirmos para melhor associação, a linguística,⁴ tenderam para a exaltação e a valorização dos clássicos e das línguas que então eram consideradas dentro de certa ancestralidade. Em contrapartida, na medida em que os territórios e as populações das diversas regiões da Europa buscavam se firmar frente aos demais, houve a ampliação do horizonte desse universo linguístico, que passou, dessa maneira, a não se restringir somente ao latim – o qual tampouco estava a ser deixado de lado, mas sim, muito pelo contrário, foi valorizado juntamente com o grego e o hebraico enquanto línguas que se encontravam em um patamar diferenciado -, vindo a dar atenção

1 Universidade Nova de Lisboa – CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, CAPES

2 O Renascimento, culturalmente falando, assumiu o reavivamento dos referenciais da antiguidade clássica, o que acabou por direcionar-se para um ideal humanista. Já a contrarreforma, Reforma da Igreja Católica, tendo sido em grande parte uma resposta a Reforma Protestante levada a cabo por Lutero a partir de 1517, culminou, por exemplo, na organização do Concílio de Trento e do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição).

3 Federico Chabod, em seu livro *Carlos V y su Imperio*, levantou a problemática da formação de uma identidade nacional para os países europeus, que então estavam a se consolidar enquanto tal. Nesse espaço de ocupação fragmentada e de diversidade linguística, até dentro de um mesmo território, eram delineados os domínios de cada país, sobressaindo-se a religião enquanto fator de identificação privilegiado. Acima de espanhóis e portugueses, seriam eles cristão-católicos. Cf. Chabod, F. *Carlos V y su Imperio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

4 A linguística, enquanto campo de estudo da linguagem, só ganhou caráter científico e, assim, essa dominação, no século XIX.

e espaço para o estudo das línguas vernáculas (que passaram a ser sistematizadas a partir de regras gramaticais padronizadas).

Podemos em parte compreender essa conjuntura como um movimento de cunho nacionalista que vinha tomando corpo e se estendendo pela Europa românica, sendo reivindicada por cada país a autonomia de sua língua em relação ao latim, sem este ser considerado desligado de influência às línguas vulgares.⁵ Nesse sentido, a noção de que a língua era um elemento representativo do império e o reconhecimento das suas singularidades dentro do próprio contexto ibérico tiveram um papel relevante dentro do ideal expansionista.

Contudo, mais um agente se somava e intervinha nessa reformulação dos estudos de língua, tendo sido de inquestionável contribuição: o contato com populações fora do contexto europeu, especialmente a partir da atividade religiosa. Para a Coroa Portuguesa,⁶ a empreitada expansionista e o estabelecimento de ocupações em territórios dos mais diversos (da África, para a Ásia e a América do Sul) compuseram-se igualmente por experiências culturais, incluindo-se aqui o contato com as línguas dos territórios com os quais passavam a desenvolver certa atividade comercial e, subsequentemente, religiosa.

Assim, nesse período, a grande motivação para os estudos de língua não foi somente a formulação de gramáticas das línguas vernáculas e clássicas, mas igualmente daquelas provenientes dos territórios que então sofriam a investida europeia. Nesse contexto, o latim foi a princípio utilizado enquanto modelo para a formulação de uma gramática universal, sendo ditados a partir de suas características os valores e as qualidades para o estudo das outras línguas, para além das da Europa.⁷ Segundo Auroux (1992), essa gramaticalização teria sido a iniciativa de maior relevância, depois do advento da escrita, para a instrumentali-

5 Laborinho, Ana Paula. "A questão da língua na estratégia da evangelização: as missões no Japão". In: Carneiro, R. e Matos, A. T. (Coord.). *O século cristão do Japão - Actas do Colóquio comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Lisboa: CEPCEP/CHAM, 1994, p. 370.

6 Principal financiadora e apoiadora da campanha jesuíta que veio a ser empreendida na Ásia.

7 Laborinho, *op. cit.*, p. 370.

zação e a sistematização das línguas, o que tomou corpo justamente no período renascentista com a formulação de manuais e dicionários.

Tendo em vista que não só a execução do projeto expansionista teve como resultado a superação de barreiras territoriais, como, a partir do contato entre pessoas provenientes de diferentes regiões e o estabelecimento de um relacionamento entre as mesmas, também criou uma demanda por estudos e materiais que dissipassem as restrições linguísticas, possibilitando uma ampliação do conhecimento e das habilidades de intercomunicação.

Nesse sentido, ao tempo em que a valorização das línguas vernáculas e clássicas foi marca intrínseca ao renascimento, momento em que havia uma exaltação da herança cultural da Antiguidade, a iniciativa de aproximação, observação, compreensão e de gramaticalização das línguas que então eram faladas pelas populações dos territórios com os quais os europeus passaram a manter um convívio foram inerentes ao trabalho missionário, destacando-se, na experiência portuguesa na Ásia, os jesuítas.

Desse modo, que durante o renascimento a maciça gramaticalização das línguas tenha acontecido a partir da Europa, dentro desse quadro do expansionismo comercial e religioso, é algo notável. Mas, essa mesma sistematização das línguas com as quais entravam em contato em gramáticas deve ser compreendida como parte de um mesmo processo corrente no próprio contexto europeu. São situações distintas, porém concomitantes.

O aprofundamento das noções de fonética, fonologia e morfologia forneceram um mecanismo de descrição da língua falada, possibilitando associações entre as línguas estrangeiras, tão estranhas àquelas até então conhecidas, e às europeias. Havia até então descrições dos sons, mas não existiam métodos e princípios para o estudo sistemático de sua estrutura em geral, que conseguissem ser aplicados e contemplados como pertencentes a todas as línguas.⁸ Com o tempo, o latim, que antes servia como referencial mor e se consagrava como pilar, entrou em

8 Hymes, Dell. "Posfácio". In: Burke, Peter e Porter, Roy (orgs.). *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 1993, p.432.

desuso ao ficar praticamente restrito ao espaço litúrgico, fortalecendo-se as línguas de cada região.

A produção de textos sobre os idiomas locais pelos missionários jesuítas foi principalmente fundamentada a partir de uma perspectiva comparativa, que abrangia a descrição de determinado lugar e sociedade, em relação às compreendidas como suas correspondentes em território europeu (dentro da Europa os estudiosos se voltavam para uma comparação entre os diversos momentos da sua própria história e da formação de suas línguas).⁹ Essa comparação civilizacional foi característica de muitos dos textos jesuíticos, que recorriam para a observação de determinado elemento da vida nativa a um paralelo com o que era encontrado na Europa, por vezes manifestando uma postura crítica negativa, de repúdio, de admiração ou mesmo anedótica.¹⁰

Desse modo, os estudos dessas línguas compreendiam não apenas a descrição e a explicação de sua estrutura, como também incluíam como elementos articulador a observação e a análise do aparato cultural da sociedade a que estas pertenciam – sua história, contexto político e tudo o que fazia parte de sua realidade. Frente a isso, a busca pela produção desse tipo de material advinha tanto da necessidade de autoafirmação diante desse novo contexto mundial, onde se deparavam com culturas totalmente distintas das suas e que não poderiam ser enquadradas em uma mesma concepção de quem seria esse “outro”, como do problema latente aos países europeus quanto à consolidação de uma identidade própria. Duas tendências sobressaem dentro dessa perspectiva: ao mesmo tempo em que na Europa como um todo se buscava a valorização da diversidade e das singularidades individuais (privilegiando-se no debate as línguas vernáculas), a variedade e a distância cultural em

9 Questões como a da origem comum no latim do italiano, francês, espanhol e português. Apesar de muitas das problemáticas da linguística terem sido levantadas nesse período, o arsenal teórico e metodológico ainda era restrito, só tendo se desenvolvido e consolidado posteriormente.

10 O padre Luís Fróis (1532-1597) elaborou um texto comparativo entre os costumes e as características de japoneses e europeus, partindo por vezes da repreensão, chacota e mesmo admiração, como em uma de suas colocações: “Os nossos meninos têm pouco assento e primor nos costumes; os de Japão são nisto estranhamente inteiros, em tanto que põem admiração [...]”. Cf. Fróis, Luis. *Europa Japão: um diálogo civilizacional no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993 [1597].

relação às regiões as quais os portugueses se deparavam, e que *a priori* intencionavam anexar ao seu próprio projeto de império, tornavam impertinente a condensação de apenas uma concepção de quem seria esse “outro”.

Dessa maneira, o projeto de um império ultramarino despertou como uma das principais características do expansionismo, além da dissolução dos limites geográficos, a superação das barreiras linguísticas. Isso influenciou aquela que foi uma das principais heranças jesuíticas: a produção de gramáticas das línguas nativas dos territórios com os quais se relacionavam, e que tinham como finalidade servir melhor às suas intenções evangelizadoras.¹¹ Igualmente, as questões que permeiam os estudos de língua no século XVI foram fundamentais para aquela que foi uma das peças primordiais dentro da forma de ação jesuítica: sua vertente didática e pedagógica.¹² Foi indivisível ao trabalho da Companhia de Jesus,¹³ em praticamente todas as regiões em que atuou, a catequização voltada para o ensino das populações locais, não somente das línguas, como das artes no geral e, em algumas circunstâncias, outras formas de conhecimento científico.

Nesse contexto, a Companhia assumira o aprofundamento do seu caráter fundamentalmente missionário e educacional, atuando por meio da linguagem, das artes e da cultura em geral a fim de conquistar sua aproximação junto às populações locais, primordialmente a fim de instruí-los e chegar à conversão religiosa. Levando em consideração a impressionante dimensão territorial onde a Ordem fundou missões

11 Agnolin, Adone. “Religião e Política nos Ritos do Malabar (séc. XVII): interpretações diferenciais da missionação jesuítica na Índia e no Oriente”. *CLIO Revista de Pesquisa Histórica, Dossiê Estudos Jesuíticos*, vol.27, nº 1, 2009, p. 222.

12 Laborinho, *op. cit.*, p. 374.

13 A criação da Companhia de Jesus (Societas Iesu) data de 1534 por iniciativa de um grupo de jovens estudantes da Universidade de Paris, dentre eles Ignácio de Loyola e Francisco Xavier (Além de Pierre Fabre, Simão Rodrigues de Azevedo, Diego Laynez, Alfonso Salmeron e Nicolau Alonso y Perez, mais conhecido como Nicolau Bobadilha), tendo recebido a bula papal em 1540 enquanto “Regimini militantis Ecclesiae” – termo em latim que significa Governo da Igreja Militante. Surgiu em pleno movimento de contrarreforma religiosa, sendo considerada uma das forças ascendentes no sentido de reaver a força do catolicismo, que vinha perdendo espaço diante das iniciativas de reforma em voga no continente europeu. Desde a fundação da Ordem, foi sua marca característica a diferenciada formação acadêmica de seus membros. Ou seja, era fruto do século XVI e dos temas e discussões colocadas em pauta.

e o número total de padres que foram direcionados para elas, é compreensível o fato de não ter havido uma unanimidade quanto ao método de trabalho no qual se embasavam. A grande diferenciação entre as diversas missões que foram fundadas se deu designadamente pela especificidade política e cultural vivenciada, a forma de administração daquela missão pela própria instituição, pela Igreja e pela Coroa, e as características individuais dos padres que ali atuaram.

Foi no âmbito de uma efervescente renovação, inerente à atmosfera renascentista, e ao mesmo tempo certa obstinação, tendo em vista a não aceitação das medidas tomadas dentro da Igreja por muitos,¹⁴ que a campanha evangelizadora se difundiu pelo mundo. Com o Concílio de Trento – uma das respostas da Igreja Católica à Reforma Protestante, que, tendo se reunido de 1545 até 1563, buscava discutir algumas de suas preocupações centrais: a retomada dos espaços e territórios perdidos aos protestantes e um controle mais efetivo daqueles que ainda mantinham, para que não os deixassem “contaminar” por essas outras correntes de pensamento então em voga –, ao mesmo tempo em que houve uma efetiva repaginação dentro da organização religiosa, a busca pela retomada de força pela Igreja e a renovação dos votos de disciplina assumiram uma roupagem que se atinha ao eurocentrismo.

Grande dilema ocasionado pela constatação do requinte e complexidade cultural das populações com as quais os europeus se depararam na Ásia foi o fato de que esses indivíduos em nada lembravam aqueles que habitavam as Américas e a África, não se enquadrando na visão que nutriam do “outro” enquanto “selvagem”. Essa ideia de selvageria

14 De fato, na Europa não havia uma posição unânime quanto ao envio e a permanência dos jesuítas no Oriente, ainda mais tendo eles conquistado certo sucesso no tempo em que estiveram em Portugal. Enquanto alguns eram favoráveis ao projeto de evangelização e conversão dos povos estrangeiros, vendo nessa oportunidade uma grande chance para a revitalização da cristandade, outros compreendiam que esses padres deveriam se ocupar em pregar em Portugal. Diante desses conflitos, fora decidido pela divisão dos missionários em dois grupos, e o envio, pela Coroa, de apenas um deles à Índia. Liderado por Francisco Xavier, este grupo embarcou em sete de Abril de 1541 numa das naus da frota que levava o vice-rei Martim Afonso de Sousa. O outro grupo, encabeçado por Simão Rodrigues, permaneceu na sede da Companhia de Jesus fundada em Portugal e no colégio jesuítico junto da Universidade de Coimbra. Cf. Pinho, Sebastião T. *Francisco Xavier em Lisboa a caminho do oriente (1540-1541)*. Humanitas, Coimbra, vol. 52, 2000, pp. 297-310.